

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC DANTH GUSMÃO SOARES PEREIRA

**APROXIMAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E ÁFRICA  
OCIDENTAL, POR MEIO DA MARINHA DO BRASIL, EM ESPECIAL  
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS**

Rio de Janeiro

2024

CC DANTH GUSMÃO SOARES PEREIRA

**APROXIMAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E ÁFRICA  
OCIDENTAL, POR MEIO DA MARINHA DO BRASIL, EM ESPECIAL  
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS**

Dissertação apresentada à Escola de  
Guerra Naval, como requisito parcial para  
a conclusão do Curso de Estado-Maior  
para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alexandre Tito  
dos Santos Xavier

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval

2024

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressos neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus Todo-poderoso, pelo dom da vida e pela bênção da aprovação no concurso para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores 2024. Que Ele continue me guiando e fortalecendo para superar os desafios da vida com coragem e determinação.

À minha família, especialmente à minha querida mãe, Fátima Gusmão, e ao meu pai Williams Pereira (*in memoriam*), pelo amor incondicional. À minha esposa virtuosa, Isabel Costa, e aos meus amados filhos, Benício Gusmão e Sofia Gusmão, pelo amor que me inspira diariamente e pelas orações que nos fortalecem e nos encorajam a seguir em frente.

Aos meus sogros, Flávio Costa e Selma Costa, pelo cuidado e apoio aos meus filhos durante a minha ausência.

À amiga e professora Doutora Jéssica Silva, pela ajuda incondicional, cujos ensinamentos e apoio foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Alexandre Tito dos Santos Xavier, cuja habilidade em ensinar me inspirou profundamente. Agradeço pela ajuda, pela paciência e pelos conselhos ao longo da elaboração deste trabalho, tornando-se um exemplo de oficial e instrutor a ser seguido.

Ao Capitão de Mar e Guerra Rafael Zeque Monteiro, Chefe da Missão Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe (2019-2021), quando Capitão de Fragata, e à Primeiro-Tenente Vitalina Lopes Vaz Vera Cruz, Capitã dos Portos da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, pela valiosa colaboração.

Aos companheiros do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, especialmente à turma base Almirante Dodsworth. Juntos superamos desafios e deixamos nossa marca, demonstrando a força do trabalho em equipe e a determinação em alcançar nossos objetivos.

## RESUMO

Entre 2013 e 2023, a aproximação estratégica entre o Brasil e os países da África Ocidental, especialmente no Golfo da Guiné, através da Marinha do Brasil, contribuiu para a segurança e estabilidade da região, visando garantir a proteção de seus interesses econômicos. A cooperação com países como São Tomé e Príncipe fortaleceu a presença brasileira em uma área estratégica, rica em rotas marítimas e recursos naturais, como parte de uma política mais ampla de diversificação de parcerias, crucial no atual cenário geopolítico global. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foram fundamentais na promoção da estabilidade regional, sendo a atuação da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe crucial para a vigilância e resposta a ameaças transnacionais, fortalecendo a segurança marítima e contribuindo para os objetivos dessas organizações. Baseando-se na geopolítica da África Ocidental, a pesquisa destacou a influência dos fatores geográficos e recursos naturais nas relações internacionais, apresentando o arcabouço teórico e metodológico, utilizando obras interdisciplinares para compreender como a diplomacia naval se configurou como um elemento de *smart power* nas relações internacionais. Além disso, discutimos os exercícios militares combinados como uma tática dessa estratégia contemporânea, inferindo que esses esforços conjuntos fortaleceram a posição estratégica do Brasil no Atlântico Sul, ampliando sua influência e capacidade de projeção de poder, demonstrando também como o Brasil está se preparando para o uso do *smart power* em seu entorno estratégico, ao exibir sua capacidade militar e contribuir para a dissuasão de ameaças.

**Palavras-chave:** Aproximação estratégica. Marinha do Brasil. Golfo da Guiné. Segurança marítima. CPLP. *Smart power*. *Soft power*. Diplomacia naval. Geopolítica. África Ocidental. São Tomé e Príncipe. Projeção de poder.

## ABSTRACT

### **Strategic rapprochement between Brazil and West Africa, particularly through the Brazilian Navy, with a focus on São Tomé and Príncipe, over the past 10 years**

Between 2013 and 2023, the strategic rapprochement between Brazil and the countries of West Africa, particularly in the Gulf of Guinea, facilitated by the Brazilian Navy, contributed to the region's security and stability, aiming to protect Brazil's economic interests. Cooperation with countries such as São Tomé and Príncipe strengthened Brazil's presence in a strategic area rich in maritime routes and natural resources. This initiative was part of a broader policy to diversify partnerships, crucial in the current global geopolitical scenario. The South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS) and the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP) were fundamental in promoting regional stability. The Brazilian Navy's operations in São Tomé and Príncipe were critical for surveillance and response to transnational threats, enhancing maritime security and contributing to the objectives of these organizations. This research highlighted the influence of geographical factors and natural resources on international relations within the context of West African geopolitics, presenting a theoretical and methodological framework that employed interdisciplinary approaches to understand how naval diplomacy emerged as an element of smart power in international relations. Additionally, we discussed combined military exercises as a tactic of this contemporary strategy, suggesting that these joint efforts strengthened Brazil's strategic position in the South Atlantic, expanded its influence and power projection capacity, and demonstrated how Brazil prepared to utilize smart power in its strategic environment by showcasing its military capability and contributing to the deterrence of threats.

**Keywords:** Strategic rapprochement. Brazilian Navy. Gulf of Guinea. Maritime security. CPLP. Smart power. Soft power. Naval diplomacy. Geopolitics. West Africa. São Tomé and Príncipe. Power projection.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Cooperação em defesa no Atlântico Sul.....	52
FIGURA 2 – Entorno Estratégico Brasileiro (EEB).....	53
FIGURA 3 – Criação da Zona de Paz e do Atlântico Sul (ZOPACAS).....	54
FIGURA 4 – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).....	55
FIGURA 5 – Cooperação técnica em defesa no Atlântico SuL.....	56
FIGURA 6 – A Marinha do Brasil no Golfo da Guiné (ilustração).....	57

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA	– <i>Central Intelligence Agency</i> (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América)
C-Espc-IF	– Curso de Especialização em Infantaria
C-Exp-BAS-SAR-EAD	– Curso Expedito Básico de Busca e Salvamento
C-Exp-FEGGEXCEL-PR-EAD	– Curso Expedito Ferramentas Gestão por Excelência
C-Exp-IMGEX-EAD	– Curso Expedito de Iniciação a Gestão por Excelência
C-Exp-INDIC-PR-EAD	– Curso Expedito de Indicadores de Desempenho
CNUDM III	– Terceira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CPLP	– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EAD	– Ensino a distância
EEB	– Entorno Estratégico Brasileiro
EFOMM	– Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante
E-QTEsp-Covid-19	– Estágio Qualificação Técnica Especial contra a Proliferação da Covid-19
GANEMO	– Grand African Navy Exercise for Maritime Operations
GAT-FN	– Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais
GCSTP	– Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe
GoG	– Golfo da Guiné
IMAP	– Instituto Marítimo Portuário
IMO	– Organização Marítima Internacional
LCM	– Linhas de Comunicação Marítima
MAN	– Missão de Assessoria Naval
MB	– Marinha do Brasil
ONU	– Organização das Nações Unidas
PEPME	– Programa Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros
PIB	– Produto Interno Bruto
PND	– Política Nacional de Defesa
SEN	– Sistema de Ensino Naval



STP

– São Tomé e Príncipe

ZEE

– Zona Econômica Exclusiva

ZOPACAS

– Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 AS RELAÇÕES ESTRATÉGICAS ENTRE BRASIL E ÁFRICA OCIDENTAL.....</b>	<b>14</b>
2.1. PANORAMA HISTÓRICO.....	14
2.2. EVOLUÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E COOPERAÇÃO.....	15
2.3 INICIATIVAS DE SEGURANÇA MARÍTIMA.....	18
2.4. O PAPEL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	20
2.5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	22
<b>3 A IMPORTÂNCIA DO GOLFO DA GUINÉ E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA MARÍTIMA DA ÁFRICA OCIDENTAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....</b>	<b>24</b>
3.1 A DIPLOMACIA NAVAL COMO INSTRUMENTO DE <i>SMART POWER</i> NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	24
3.2 CONTEXTO HISTÓRICO E A DIPLOMACIA NAVAL CONTEMPORÂNEA.....	27
3.3 A DIPLOMACIA NAVAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	29
<b>4 A ATUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....</b>	<b>30</b>
4.1. FORTALECENDO OS LAÇOS E A SEGURANÇA NO GOLFO DA GUINÉ POR MEIO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	31
4.2. INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO E SEGURANÇA.....	32
4.3 DESAFIOS PARA A MARINHA DO BRASIL E PARA A GUARDA COSTEIRA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO GOLFO DA GUINÉ.....	35
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>
<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA A.....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA B.....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO A – COOPERAÇÃO EM DEFESA NO ATLÂNTICO SUL.....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXO B – ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO (EEB).....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXO C – CRIAÇÃO DA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (ZOPACAS).....</b>	<b>54</b>

<b>ANEXO D – COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)...</b>	<b>55</b>
<b>ANEXO E – COOPERAÇÃO TÉCNICA EM DEFESA NO ATLÂNTICO SUL.....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXO F – A MARINHA DO BRASIL NO GOLFO DA GUINÉ (ILUSTRAÇÃO)....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Assim como a maioria dos países no cenário internacional, o Estado brasileiro tem interesse em garantir a segurança e a estabilidade no entorno estratégico, especialmente em áreas críticas como o Atlântico Sul<sup>1</sup>, conforme representado no Anexo A, e o Golfo da Guiné<sup>2</sup>, que são vitais para a economia e a segurança do país.

Dessa forma, uma aproximação estratégica entre o Brasil e os países da África Ocidental, especialmente do Golfo da Guiné, que fazem parte do Entorno Estratégico Brasileiro (EEB), representado no Anexo B, tornou-se um dos aspectos centrais da política externa brasileira. Tal movimento geopolítico pode ser visto como parte de uma estratégia mais ampla de diversificação de parcerias e de redução da dependência de outras regiões do mundo. Isso é particularmente relevante em um contexto de mudanças geopolíticas globais e de crescentes incertezas em relação a alianças tradicionais, como aquelas mantidas com os Estados Unidos da América e a União Europeia. Ao estreitar laços com os países africanos do Golfo da Guiné, o Brasil não apenas promove seus interesses no âmbito regional, mas também fortalece a sua posição como um ator relevante no contexto geopolítico global, garantindo sua segurança e prosperidade em sua área de interesse.

Nesse contexto, o Brasil participa ativamente de algumas iniciativas, como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), representada no Anexo C, que contribui para fortalecer os princípios de paz e segurança na área marítima, e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>3</sup>, que promove a cooperação entre os países de língua portuguesa para o desenvolvimento socioeconômico e a promoção da paz e da estabilidade.

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, o Atlântico Sul é definido como a parte do Oceano Atlântico que se estende do equador até a Antártica, abrangendo tanto a costa ocidental da África quanto a costa oriental da América do Sul.

<sup>2</sup> Neste trabalho, a região do Golfo da Guiné é definida como a área da costa ocidental africana banhada pelo Oceano Atlântico Sul, que se estende do Senegal até Angola. Os países que fazem parte dessa região são: Senegal, Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo, República Democrática do Congo e Angola.

<sup>3</sup> A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), representada no Anexo D, é uma organização internacional formada por países lusófonos, cujo objetivo principal é o fortalecimento dos laços de amizade e cooperação entre seus membros, promovendo a língua portuguesa, a paz, a democracia e o desenvolvimento. A CPLP foi fundada em 17 de julho de 1996, em Lisboa, e seus membros são Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e, mais recentemente, a Guiné Equatorial (CPLP, 2024).

Como São Tomé e Príncipe (STP) faz parte tanto da ZOPACAS quanto da CPLP, e está localizado numa região estratégica que abriga importantes rotas marítimas e recursos naturais marinhos, é interessante que o Brasil fortaleça os seus laços com esse país, visando ampliar a sua presença e influência nessa região marítima.

Assim sendo, em São Tomé e Príncipe, a atuação da Marinha do Brasil (MB) desde a década de 1990, por intermédio da diplomacia naval – que desempenha um papel crucial na promoção da paz e na mitigação de conflitos e promove um ambiente mais seguro e estável –, contribui para melhorar a imagem internacional do país posicionando-o como um parceiro confiável e comprometido com a segurança global. Essa postura também contribui para fortalecer os laços diplomáticos, bem como para abrir portas para futuras colaborações em várias áreas, desde o comércio até a segurança energética. Ademais, o impacto positivo dessas ações tanto na esfera regional quanto na global ajuda o Brasil a ser um ator relevante no cenário internacional, ficando em consonância com a Política Nacional de Defesa (PND) de 2020.

Portanto, esta dissertação analisará como a aproximação estratégica entre o Brasil e os países do Golfo da Guiné, notadamente São Tomé e Príncipe, contribui para a segurança do EEB e a projeção internacional do Brasil, buscando oferecer uma compreensão abrangente das implicações geopolíticas e de segurança dessa parceria estratégica, ressaltando o papel central da Marinha do Brasil.

Para tanto, tentaremos responder à seguinte questão de pesquisa: Em que medida a Marinha do Brasil, nos últimos dez anos, vem contribuindo nas relações estratégicas entre o Brasil e os países do Golfo da Guiné, notadamente em São Tomé e Príncipe?

Nesse sentido, estudaremos as motivações, as ações e as implicações dessa aproximação estratégica, abordando a importância do Golfo da Guiné e as iniciativas de cooperação que fortalecem os laços entre o Brasil e os países africanos, em especial São Tomé e Príncipe, nos últimos dez anos, por meio do uso da metodologia bibliográfica documental e da realização de entrevistas; apresentaremos uma abordagem metódica dos aspectos históricos, geopolíticos e operacionais, visando proporcionar uma visão detalhada e profunda das dinâmicas envolvidas, contribuindo para um entendimento mais amplo das estratégias de defesa e de cooperação internacional do Brasil, representada no Anexo E.

Este estudo é particularmente relevante em um contexto global de crescente complexidade e interdependência, no qual a segurança marítima e as parcerias estratégicas são cruciais para a estabilidade e o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa foi organizada em cinco capítulos, sendo a introdução o primeiro deles.

No segundo capítulo, "As relações estratégicas entre Brasil e África Ocidental", a dissertação explorará a evolução histórica e política dessas relações. Abordando desde os primeiros contatos diplomáticos até os acordos mais recentes, esse capítulo contextualizará a aproximação estratégica entre o Brasil e os países da África Ocidental. Hugon (2009) observa que a geopolítica africana, especialmente no contexto pós-colonial, abriu novas oportunidades para parcerias estratégicas, sendo o Brasil um dos países que mais se beneficiaram dessa reconfiguração geopolítica. Além do mais, a atuação do Brasil em organizações internacionais e regionais, como a CPLP e a ZOPACAS, também ilustram a importância da cooperação multilateral para a consolidação dessas relações estratégicas.

O terceiro capítulo, "A importância do Golfo da Guiné e sua relação com a segurança marítima da África Ocidental: considerações teóricas", discutirá a relevância estratégica do Golfo da Guiné, uma região rica em recursos naturais e rotas marítimas essenciais para o comércio internacional. "Diante do entorno estratégico definido pela PND, cumpre destacar que a Política Naval atribui prioridade ao Atlântico Sul [...] e, conseqüentemente, ao Golfo da Guiné (Brasil, 2020, p. 18), uma vez que ameaças transnacionais, como a pirataria e o tráfico de drogas, representam riscos significativos para a estabilidade regional. Analisaremos como a segurança marítima é crucial para a economia global e como o Brasil, por meio da Marinha do Brasil, busca mitigar essas ameaças, promovendo a segurança das rotas comerciais e assegurando a passagem de navios mercantes que transportam recursos vitais. Exploraremos o papel estratégico de São Tomé e Príncipe, cuja localização no Golfo da Guiné torna o arquipélago vital para operações de segurança marítima. A cooperação entre o Brasil e STP permite o estabelecimento de bases operacionais e facilita exercícios conjuntos, fortalecendo a resposta a ameaças na região. Apresentaremos também o arcabouço teórico e metodológico, utilizando obras interdisciplinares para entender a diplomacia naval como *smart power* nas relações internacionais, além de discutir exercícios militares combinados como táticas dessa estratégia contemporânea. Por fim, examinaremos

a diplomacia naval brasileira junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe (GCSTP), destacando o papel das relações políticas entre os países no cumprimento dos propósitos nacionais no entorno estratégico.

No quarto capítulo, "A atuação da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe", a dissertação detalhará a contribuição específica da Marinha do Brasil para a segurança e a cooperação no Golfo da Guiné. Seabra (2019) destaca que a criação do Núcleo de Missão Naval Brasileira em São Tomé e Príncipe fortalece a capacidade de vigilância e de resposta a ameaças na região, ilustrando o papel ativo do Brasil na promoção da segurança marítima. Além do que, a Marinha do Brasil, por meio de seu plano estratégico, enfatiza a importância dos exercícios combinados com a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe para o fortalecimento da segurança regional. Esses exercícios não só aprimoram as capacidades operacionais das forças locais, mas também promovem a troca de conhecimentos e experiências entre as marinhas, fortalecendo a cooperação e a confiança mútua. Esse capítulo também examinará os desafios enfrentados pela Marinha do Brasil na implementação de suas missões e como essas iniciativas são percebidas pelos países parceiros, destacando o impacto positivo das operações na construção de uma rede de segurança regional robusta.

Finalmente, no quinto capítulo, "Conclusão", tentaremos responder à questão de pesquisa e, por conseguinte, atingir o propósito do trabalho.

## 2 AS RELAÇÕES ESTRATÉGICAS ENTRE BRASIL E ÁFRICA OCIDENTAL

Neste capítulo, analisaremos a evolução das relações estratégicas entre o Brasil e a África Ocidental, desde as conexões históricas estabelecidas durante o período colonial, passando pela abolição da escravatura e a independência dos países africanos, até a redefinição das parcerias no século 20. Destacaremos como o Brasil reconheceu a importância estratégica da África Ocidental e fortaleceu suas relações por meio de visitas diplomáticas, acordos de cooperação e iniciativas multilaterais focadas no desenvolvimento sustentável e na segurança marítima. A estrutura do capítulo oferece uma análise abrangente das dinâmicas de cooperação, evidenciando os principais marcos e os desafios enfrentados, culminando na importância das relações bilaterais para a segurança e a projeção internacional do Brasil.

### 2.1. PANORAMA HISTÓRICO

As relações entre o Brasil e a África Ocidental têm origens que remontam ao período colonial, no século 16, quando o comércio transatlântico de escravos interligou as duas regiões. Essa conexão, baseada na relação de poder de exploração, estabeleceu uma base cultural comum que ainda é evidente nas sociedades contemporâneas (Hugon, 2009).

A abolição do tráfico intercontinental de escravos (1850), a abolição da escravatura (1888) e, mais tarde, a subsequente independência dos países africanos, especialmente no século 20, abriram caminho para uma nova fase de relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a África Ocidental (Mello e Souza, 2008).

No século 20, a descolonização africana e a emergência de novos Estados-nação ofereceram ao Brasil a oportunidade de redefinir suas relações com o continente africano. Durante esse período, o Brasil começou a reconhecer a importância estratégica da África Ocidental não apenas em termos de recursos naturais, mas também como um parceiro estratégico na cena internacional (Seabra, 2019).

Dessa forma, podemos inferir que as relações entre o Brasil e a África Ocidental evoluíram significativamente ao longo dos séculos, passando de uma



conexão baseada na exploração colonial para uma parceria estratégica robusta. A abolição da escravidão no Brasil no século 19 e a independência dos países africanos no século 20 permitiram uma renovação das relações diplomáticas e econômicas, promovendo uma cooperação mais equilibrada e benéfica para ambos os lados. O Brasil, ao reconhecer a importância estratégica da África Ocidental não só em termos de recursos naturais, mas também como parceiro na cena internacional, fortaleceu as suas alianças, consolidando a região como um parceiro crucial no cenário global.

## 2.2. EVOLUÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E COOPERAÇÃO

Na segunda metade do século 20, durante o regime civil-militar brasileiro (1964-1985), os governos militares adotaram uma política externa pragmática e autônoma, sobretudo a partir do governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969), buscando diversificar as parcerias internacionais. O propósito era reduzir a dependência das potências ocidentais, especialmente dos Estados Unidos da América, diante da impossibilidade de o Brasil obter, de forma recíproca, tecnologia, capital e mercado junto à maior potência ocidental. Por consequência, buscou-se uma cooperação com países que experimentavam os mesmos desafios socioeconômicos. Portanto, a África, em particular a África Ocidental, foi vista como uma área de grande potencial (Cervo e Bueno, 2002).

Em 1972, o Presidente Emílio Garrastazu Médici, durante seu governo (1969-1974), visitou a Nigéria e o Senegal, marcando o início de uma nova era nas relações Brasil-África. Durante essas visitas, foram estabelecidos acordos de cooperação técnica e econômica que incluíam áreas como agricultura, saúde e infraestrutura (Vicentini, 2010).

Nos anos 1990, com o fim da Guerra Fria (1946-1991)<sup>4</sup> e a nova ordem mundial emergente<sup>5</sup>, o Brasil intensificou seus esforços para se aproximar da África Ocidental. A criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em

---

<sup>4</sup> Guerra Fria: conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética que não envolveu batalhas diretas, mas foi caracterizado por uma rivalidade intensa, competição ideológica, corrida armamentista e polarização do mundo entre as duas superpotências (Hobsbawm, 1997).

<sup>5</sup> A nova ordem mundial emergente é a redistribuição de poder global após a Guerra Fria, marcada pela ascensão de novos atores internacionais e a diversificação das alianças políticas e econômicas. Esse processo desafiou a hegemonia das potências tradicionais, promovendo um sistema internacional mais multipolar (Hobsbawm, 1997).

1996 foi um marco importante. O objetivo era promover a cooperação cultural, política e econômica entre os países de língua portuguesa (Jorge, 2018). Essa iniciativa ajudou a consolidar as relações entre o Brasil e os países africanos lusófonos, como Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau (Mello e Souza, 2008).

Durante esse período, o Brasil também começou a participar de iniciativas multilaterais focadas no desenvolvimento e na segurança da África Ocidental. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, criada em 1986 e revitalizada nos anos 1990, tornou-se um fórum importante para promover a segurança marítima e a cooperação regional (Seabra, 2019).

A motivação para a aproximação Sul-Sul também ganhou força nesse período. Essa estratégia visava fortalecer os laços entre os países em desenvolvimento do hemisfério Sul, promovendo a cooperação econômica, política e social (Saraiva, 2012). Assim, buscava reduzir a dependência desses países em desenvolvimento das potências do Norte e criar um bloco de países com interesses e desafios comuns (Lima, 2005).

No início do século 21, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), a política externa brasileira deu um novo impulso às relações com os países africanos. O representante brasileiro realizou várias visitas à região africana, destacando a importância dela para o país (Ferreira, 2009). Em 2006, foi realizado o primeiro Fórum Brasil-África, que reuniu líderes de ambos os lados para discutir oportunidades de cooperação (Saraiva, 2012).

Ao longo daquele período, o Brasil buscou expandir suas relações econômicas com a África Ocidental, investindo em setores como petróleo e gás, mineração e agricultura. Empresas brasileiras como a Petrobras e a Odebrecht também ampliaram suas operações na região, contribuindo para o desenvolvimento de infraestruturas e o crescimento econômico local (Visentini, 2013). Além disso, o Brasil começou a fornecer assistência técnica em áreas como saúde, educação e desenvolvimento agrícola, fortalecendo ainda mais os laços bilaterais (Lima, 2005).

As soluções comuns para os desafios dessa aproximação continuaram a ser uma motivação central, com o Brasil promovendo a cooperação técnica e a troca de experiências com os países africanos, visando compartilhar soluções e conhecimentos que beneficiassem ambas as partes (Seabra, 2019).

Nesse contexto, destaca-se a análise do então ministro Celso Amorim:

A cooperação Sul-Sul é um instrumento diplomático que surge de um desejo autêntico por prestar solidariedade aos países mais pobres. Ao mesmo tempo, ela ajuda a expandir a participação do Brasil nas relações internacionais. A cooperação entre iguais em questões de comércio, investimentos, ciência e tecnologia e outros campos reforça nossa estatura e fortalece nossa posição nas negociações de comércio, investimentos e do clima. Por fim, construir coalizões com países em desenvolvimento é também uma forma de se empenhar na reforma da governança global, para tornar as instituições internacionais mais justas e mais democráticas (Amorim, 2010, p. 231).

Desse modo, podemos afirmar que essas ações demonstraram um compromisso contínuo com o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico conjunto, reforçando a importância das relações bilaterais entre o Brasil e a África Ocidental.

No âmbito da cooperação, destaca-se que a segurança marítima é um aspecto central nas relações entre o Brasil e a África Ocidental tendo em vista que essa região geográfica está inserida na percepção do EEB que, por sua vez, abrange áreas de interesse prioritário, incluindo a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. Conforme a PND de 2020, além das regiões de concentração dos poderes político e econômico, é essencial priorizar a faixa de fronteira, a Amazônia e o Atlântico Sul.

Conforme o documento, o Atlântico Sul é delimitado geoestrategicamente ao Norte pelo paralelo 16N, ao Sul pelo Continente Antártico, a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul. O Plano Estratégico da Marinha (PEM2040), de 2020, destaca que o limite de 16° N foi estabelecido para englobar três áreas importantes: a região entre os salientes nordestinos e o ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro no hemisfério Norte (Brasil, 2020b).

Nesse espaço geoestratégico, encontra-se o Golfo da Guiné, rico em recursos naturais e com rotas marítimas cruciais para o comércio internacional, mas que enfrenta desafios como a pirataria, o tráfico de drogas e a pesca ilegal (Moudouma, 2018).

Por conseguinte, podemos destacar que é imperativo ao Brasil estar atento e presente nessa região, visto que sua instabilidade pode influenciar diretamente a segurança do Atlântico Sul e, conseqüentemente, a sua soberania.

A vocação marítima do Brasil é justificada por seu vasto litoral, a enorme escala de seu comércio marítimo e a inegável importância estratégica do Atlântico

Sul. Essa região engloba a chamada Amazônia Azul<sup>6</sup>, um ecossistema de extensão comparável à Amazônia terrestre brasileira em razão de sua crucial importância para o país. A região possui um alto potencial de recursos vivos e não vivos, entre os quais se destacam as maiores reservas de petróleo e gás do Brasil (Arruda, 2014).

A Amazônia Azul é um conceito político-estratégico desenvolvido em 2011 pela Marinha do Brasil para conscientizar a sociedade e outras instituições nacionais sobre a relevância desse espaço marítimo e fluvial sob jurisdição nacional, segundo os direitos e deveres estabelecidos pela Terceira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM III). Esse conceito visa despertar o interesse da sociedade brasileira pelas riquezas presentes nessa vasta extensão de água ao redor do Brasil, evidenciando a importância da preservação e as vulnerabilidades associadas a essa área (Arruda, 2014).

Além da Amazônia Azul, o Brasil considera o Atlântico Sul uma parte integral de seu entorno estratégico, estabelecendo uma relação direta entre a estabilidade sul-americana e a estabilidade brasileira. A paz no Atlântico Sul é essencial para a manutenção da segurança do Brasil, pois é através desse oceano que transita a maioria do comércio internacional do país e onde se encontram importantes fontes energéticas. Em suma, os problemas do Atlântico Sul são, inevitavelmente, problemas do Brasil (Monasterio; Neri; Nasser, 2014).

Nesse contexto, podemos verificar a importância estratégica do Golfo da Guiné, incluindo São Tomé e Príncipe, para as operações de segurança e a garantia da soberania marítima do Entorno Estratégico Brasileiro.

## 2.3 INICIATIVAS DE SEGURANÇA MARÍTIMA

Na última década, o Brasil tem participado de diversas iniciativas de segurança marítima sob a liderança de sua Marinha de Guerra. Destacam-se: a organização de exercícios navais combinados<sup>7</sup> e a oferta de treinamento e apoio

---

<sup>6</sup> Área oceânica de 5,7 milhões de quilômetros quadrados que compõe as águas jurisdicionais brasileiras, conforme a Instrução Normativa nº 1/MB/MD de 2011. Essa área inclui águas interiores e espaços marítimos onde o Brasil exerce jurisdição sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais, tanto vivos quanto não vivos, presentes na água, no leito ou no subsolo marinhos. A jurisdição visa o controle e a fiscalização, respeitando os limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços abrangem uma faixa de 200 milhas marítimas a partir das linhas de base, além das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental onde ela se estende além dessa faixa (Brasil, 2011).

<sup>7</sup> Operação empreendida por elementos ponderáveis de Forças Armadas multinacionais sob responsabilidade de um comando único, conforme a Doutrina Militar Naval (EMA-305) (Brasil,

técnico às marinhas africanas. Essas atividades visam fortalecer as capacidades locais de vigilância e resposta às ameaças, promovendo um ambiente marítimo mais seguro e estável (Cerqueira, 2023), corroborando para a presença do país na região estratégica.

No âmbito dos exercícios militares combinados, foram realizadas com as forças navais da Nigéria, de Gana e de São Tomé e Príncipe as seguintes atividades: patrulhas, operações de combate à pirataria e treinamentos de busca e resgate. Ademais, o Brasil tem fornecido suporte técnico, auxílio naval e logístico para melhorar a infraestrutura naval dos países parceiros, como a construção e a manutenção de bases navais e a doação de embarcações e equipamentos (Cerqueira, 2023).

Em 2004, o Brasil e a Nigéria assinaram um acordo de cooperação de defesa que incluiu a realização de exercícios navais e a troca de informações de inteligência sobre atividades ilícitas no Golfo da Guiné. Esse acordo foi renovado e expandido em 2010, refletindo a crescente importância da parceria estratégica entre os dois países (Ferreira, 2019).

Desde 2014, o Brasil intensificou a participação em exercícios multinacionais, como o *Obangame<sup>8</sup> Express*, organizado pelos Estados Unidos da América e por países da África Ocidental. Seu objetivo é melhorar a cooperação e a capacidade de resposta das marinhas participantes para enfrentar ameaças marítimas. A participação do Brasil revela seu compromisso com a segurança regional e sua disposição de trabalhar em conjunto com outras nações para promover a estabilidade no Golfo da Guiné (Salles; Vieira, 2014).

A realização de exercícios navais combinados é uma tática de diplomacia naval (Booth, 1989). Logo, verificamos que ela corrobora a relevância da Marinha do Brasil para a projeção internacional brasileira. Além do que, é uma parte fundamental da cooperação militar entre o Brasil e os países da África Ocidental.

Em 2019, o Brasil participou do *Grand African Navy Exercise for Maritime Operations* (GANEMO)<sup>9</sup>, realizado na Costa do Marfim. A missão multinacional envolveu marinhas de vários países africanos e outros parceiros internacionais, para melhorar a coordenação e a eficácia das operações de segurança marítima na

---

2017).

<sup>8</sup> "Obangame" significa "união" no dialeto da tribo africana Fang do sul de Camarões.

<sup>9</sup> *Navy's Exercise for Maritime Operations* – Exercício Naval para Operações no Mar (tradução nossa).

região. Mais uma vez, foi reforçado o seu papel como um parceiro estratégico comprometido com a segurança no Golfo da Guiné (Cerqueira, 2023).

Em 2023, a Marinha do Brasil liderou a terceira edição da operação Guinex, um exercício naval que reuniu forças navais de diversos países da África Ocidental. A Guinex III teve como foco principal a simulação de cenários de combate à pirataria, operações de interdição marítima e a proteção de rotas comerciais. Foi explorada a capacidade de liderança do Brasil na coordenação de esforços multilaterais e a importância de um ambiente marítimo seguro para o desenvolvimento econômico da região (Cerqueira, 2023).

Assim, verificamos que a atuação do Brasil em iniciativas de segurança marítima no Golfo da Guiné, como exercícios navais combinados e suporte técnico, destacam o seu compromisso com a estabilidade regional e a projeção internacional. As parcerias com São Tomé e Príncipe envolvendo patrulhas e operações de combate à pirataria são exemplos do fortalecimento das capacidades locais. Participações em exercícios multinacionais, como *Obangame Express* e GANEMO, e lideranças em operações, como Guinex III, evidenciam a capacidade do Brasil de coordenar esforços multilaterais e enfrentar ameaças marítimas, reforçando seu papel como parceiro estratégico e líder regional na promoção da segurança marítima, vital para o desenvolvimento econômico da região.

#### 2.4. O PAPEL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

São Tomé e Príncipe ocupa uma posição estratégica no Golfo da Guiné, tornando-se um parceiro vital para o Brasil na promoção da segurança marítima e regional. A cooperação entre os dois países tem se intensificado nos últimos anos, destacando-se em diversos projetos e iniciativas conjuntas (Cerqueira, 2023).

Um exemplo significativo dessa cooperação foi a criação do Núcleo de Missão Naval Brasileira em São Tomé e Príncipe em 2014. Esse núcleo tem desempenhado um papel fundamental na realização de exercícios combinados regulares entre as Marinhas do Brasil e de São Tomé e Príncipe (Cerqueira, 2023). Os países formalizaram os seus compromissos com a segurança marítima mediante um acordo de cooperação de defesa, o qual inclui a realização de exercícios combinados, o treinamento de oficiais e a assistência técnica na manutenção de equipamentos

navais. A colaboração tem como objetivo principal fortalecer a capacidade de vigilância e resposta às ameaças marítimas na região (Cerqueira, 2023).

Além do que, a cooperação técnica tem sido crucial para melhorar a segurança nas águas territoriais de São Tomé e Príncipe, permitindo uma resposta mais eficaz às ameaças como a pirataria e a pesca ilegal (Cerqueira, 2023).

A atuação da Marinha do Brasil tem gerado impactos positivos na segurança regional. Os exercícios combinados e a troca de conhecimentos têm contribuído para a profissionalização e o aprimoramento das capacidades operacionais da Marinha de São Tomé e Príncipe. Essa cooperação não apenas fortalece a segurança marítima, mas também promove a estabilidade política e econômica na região (Cerqueira, 2023).

Tal parceria continua a evoluir, com perspectivas promissoras para o futuro. O fortalecimento das infraestruturas locais e a continuidade dos programas de treinamento e assistência técnica são essenciais para garantir a eficácia das operações de segurança marítima. Além do mais, a promoção de programas de desenvolvimento sustentável pode ajudar a abordar as causas subjacentes das ameaças à segurança, criando um ambiente mais estável e seguro (Cerqueira, 2023).

No Capítulo 4, "A atuação da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe," discutiremos em detalhes as contribuições específicas da Marinha do Brasil para a segurança e cooperação no Golfo da Guiné, abordando os exercícios combinados e os desafios operacionais enfrentados.

Nesse contexto, podemos concluir que a parceria estratégica entre São Tomé e Príncipe e o Brasil, no Golfo da Guiné, tem sido vital para a segurança marítima regional. A criação do Núcleo de Missão Naval Brasileira em 2014, a realização de exercícios combinados e o treinamento de oficiais fortaleceram a capacidade de resposta a ameaças como pirataria e pesca ilegal. Essa cooperação técnica e operacional não só melhora a segurança regional, mas também promove a estabilidade política e econômica. O contínuo fortalecimento das infraestruturas locais e a manutenção de programas de treinamento e de assistência técnica são fundamentais para garantir operações de segurança eficazes, contribuindo para um ambiente mais estável e seguro.

## 2.5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES ESTRATÉGICAS

As relações estratégicas entre o Brasil e a África Ocidental, especialmente no contexto do Golfo da Guiné, são relevantes para a segurança e a projeção internacional do Brasil. Embora tenham sido realizados avanços significativos, há ainda vários desafios a serem enfrentados para fortalecer essa cooperação (Seabra, 2019).

Os principais desafios incluem as limitações orçamentárias e logísticas da Marinha do Brasil, que dificultam uma presença mais robusta na região, e as complexidades políticas e econômicas dos países africanos parceiros. Problemas como a pirataria, o tráfico de drogas e a pesca ilegal continuam a ameaçar a segurança marítima, exigindo um esforço contínuo e coordenado para serem combatidos eficazmente (Seabra, 2019). As diferenças culturais e a instabilidade política em alguns países da região também representam obstáculos que podem afetar a implementação de estratégias de segurança integradas e sustentáveis (Lima, 2005).

No entanto, as perspectivas para o futuro são promissoras. A continuidade da estratégia de aproximação Sul-Sul será fundamental para enfrentar esses desafios (Saraiva, 2012). Ao fortalecer as parcerias com países da África Ocidental, o Brasil pode promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, beneficiando tanto as nações africanas quanto o próprio Brasil (Lima, 2005).

Iniciativas como o aumento do treinamento militar combinado, o fortalecimento das infraestruturas locais e a promoção de programas de desenvolvimento sustentável são cruciais (Brasil, 2020). Essas ações não apenas melhoram a capacidade operacional das marinhas locais, mas também abordam algumas das causas subjacentes dos problemas de segurança na região, como a pobreza e a falta de oportunidades econômicas (Seabra, 2019).

A atuação da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné tem sido vital para a promoção da paz e da segurança, fortalecendo os laços diplomáticos e contribuindo para a estabilidade regional. A continuidade e o aprofundamento dessas relações são essenciais para enfrentar os desafios futuros e garantir a prosperidade e a segurança no Entorno Estratégico Brasileiro (Seabra, 2019).

Em suma, verificamos que fortalecer as relações estratégicas entre o Brasil e a África Ocidental é essencial para enfrentar os desafios de segurança no Golfo da Guiné. Por meio da cooperação Sul-Sul, iniciativas de desenvolvimento sustentável



e fortalecimento das capacidades locais, o Brasil pode promover a estabilidade regional e a prosperidade mútua, beneficiando os países africanos e reafirmando o protagonismo brasileiro na região.

Para aprofundar essa análise, o próximo capítulo discutirá a importância do Golfo da Guiné e sua relação com a segurança marítima da África Ocidental. Vamos explorar a relevância estratégica do Golfo da Guiné, destacando a importância de São Tomé e Príncipe e os desafios enfrentados na segurança marítima. Essa análise permitirá uma compreensão mais completa das dinâmicas de segurança na região e das estratégias implementadas para mitigar as ameaças, fornecendo uma base sólida para futuras políticas e iniciativas de cooperação.

### 3 A IMPORTÂNCIA DO GOLFO DA GUINÉ E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA MARÍTIMA DA ÁFRICA OCIDENTAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O Golfo da Guiné compõe uma parte do entorno estratégico do Brasil conforme estabelecido pela Política Nacional de Defesa de 2020. Isso se deve à sua relevância geopolítica caracterizada pelas riquezas naturais, sobretudo petróleo e gás. Ademais, por seu território passam rotas marítimas importantes para o comércio marítimo internacional. Ao mesmo tempo, é um espaço desafiador para a segurança internacional em razão das ameaças transnacionais como pirataria e tráfico de drogas. Por essa razão, a literatura das relações internacionais, da geopolítica e da estratégia é relevante, visto que fornece subsídios para uma avaliação dos cenários que envolvem o Golfo da Guiné e, por conseguinte, para a construção de políticas públicas específicas para a solução das controvérsias e a manutenção dos interesses brasileiros na região.

Neste capítulo, apresentaremos o arcabouço teórico e metodológico, utilizando obras interdisciplinares para compreender como a diplomacia naval se configura como um elemento de *smart power*<sup>10</sup> nas relações internacionais. Além disso, discutiremos o exercício militar combinado como uma tática dessa estratégia marítima contemporânea.

Com base nessa análise, examinaremos o caso da diplomacia naval brasileira junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, destacando o papel das relações políticas entre Brasil e São Tomé e Príncipe no cumprimento dos propósitos nacionais no nosso entorno estratégico.

#### 3.1 A DIPLOMACIA NAVAL COMO INSTRUMENTO DE *SMART POWER* NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No âmbito da Estratégia de Defesa Marítima, publicado no documento oficial EMA-310<sup>11</sup>, é apresentado o conceito estratégico da Marinha do Brasil. Nesse documento, foi identificada a diplomacia naval como um dos elementos do campo de

<sup>10</sup> Poder inteligente (tradução nossa).

<sup>11</sup> EMA-310: *Estratégia de defesa marítima*: Essa publicação ostensiva tem o propósito de estabelecer a orientação estratégica de mais alto nível da Marinha do Brasil, a fim de permitir a integração de esforços necessária à configuração das Capacidades do Poder Naval brasileiro para o enfrentamento dos desafios vislumbrados (Brasil, 2023).

atuação da Marinha. Em seguida, identificaram-se as posturas estratégicas, discriminadas como: persuasão, cooperação, coerção e uso da força (Brasil, 2023).

No âmbito da diplomacia naval:

A postura deverá ser Persuasiva nos fóruns de interesse e Cooperativa no uso dos meios em apoio à Política Externa Brasileira e suas diretrizes, prioritariamente com os países que se mostraram atores relevantes nos assuntos afetos às Possibilidades de Atuação (PA) e com relação direta aos interesses da MB. (Brasil, 2023, p. 1-7)

A partir do objetivo estratégico de exercer a diplomacia naval, a Marinha do Brasil determina a adoção de posturas persuasivas e cooperativas nos relacionamentos com as marinhas amigas, especialmente com os países que fazem parte da ZOPACAS e da CPLP. Em relação ao Golfo da Guiné, o conceito estratégico central é o de cooperação com os países africanos na prevenção e na repressão de atos de pirataria e roubo armado no mar, além de possibilitar uma abordagem proativa na preservação das Linhas de Comunicação Marítima (LCM) de interesse nacional naquela região. Para atingir os objetivos relacionados à diplomacia naval, é imprescindível estabelecer capacidades estratégicas como presença, mobilidade, expedicionária, adaptabilidade, permanência, cooperatividade e poder de combate (Brasil, 2023).

A partir da análise do documento oficial da Marinha EMA-310, é possível identificar que sua estratégia marítima repousa em teorias existentes no âmbito das relações internacionais. Ao avaliarmos que a estratégia implica assumir múltiplas posturas, oscilando da persuasão<sup>12</sup> até o uso específico da força<sup>13</sup>, verifica-se que o Estado brasileiro percebe que a Marinha do Brasil pode ser um instrumento de *hard power*<sup>14</sup> e de *soft power*<sup>15</sup>. Portanto, faz-se necessário compreender essa teoria.

O *hard power* refere-se ao uso de força militar e econômica para influenciar o comportamento ou os interesses de qualquer estrutura ou organização que detém e

---

<sup>12</sup> Persuasão: predomínio do uso do diálogo e de expedientes; buscam-se os objetivos com a força do argumento (Brasil, 2023).

<sup>13</sup> Uso da força: caracterizada pelo enfrentamento, com a possibilidade do efetivo choque de forças. Pode ser adotado de pronto ou escalonado desde uma postura coercitiva, quando o ator antagonista já se posicionou pelo uso da força ou ameaça o uso da força contra os objetivos de interesse brasileiro (Brasil, 2023).

<sup>14</sup> “Poder duro” (tradução nossa): poder coercitivo que inclui o uso de ameaças e incentivos.

<sup>15</sup> “Poder brando” (tradução nossa): refere-se a ganhar “corações e mentes” ao influenciar o comportamento ou os interesses de qualquer estrutura ou organização que detém e exerce poder político, fazendo com que ela queira seguir seu exemplo ou apoiar suas políticas por vontade própria, atraída pelos seus valores e cultura, ao invés de ser forçada a isso em razão de ameaças ou incentivos econômicos.

exerce poder político. Sendo assim, trata-se de um poder coercitivo que inclui o uso de ameaças e incentivos. No contexto naval, isso representa a projeção de poder pela presença de frotas, exercícios militares e operações para a garantia da segurança. Tais ações visam a dissuasão direta de ameaças e a imposição de vontade política pela demonstração de capacidade militar (Nye Junior, 2004).

A estratégia de dissuasão é adotada a fim de impedir que uma potência adversária decida usar suas armas ou, de forma mais geral, que ela aja ou reaja diante de uma situação específica. Isso é alcançado pela presença de um conjunto de mecanismos que representem uma ameaça suficientemente convincente. Desse modo, o objetivo dessa ameaça é alcançar um efeito psicológico (Beaufre, 1965).

Já o *soft power* envolve a capacidade de um país em influenciar o comportamento ou interesses dos outros por meio de atração cultural, valores políticos ou políticas de cooperação. A diplomacia naval exemplifica o seu uso ao promover missões de assistência humanitária, cooperação técnica e o estabelecimento de laços de amizade e confiança entre os Estados. Segundo Joseph Nye Junior (1937- ), o *soft power* é crucial para entender como os Estados podem influenciar outros sem o uso da força militar (Nye Junior, 2004).

O *smart power* é a combinação estratégica de *hard power* e *soft power* (Nye Junior, 2011) para alcançar os objetivos políticos no âmbito das relações internacionais.

Pela explanação teórica, podemos inferir que a atuação da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné, ilustrada no Anexo F, exemplifica essa abordagem integrada. Afinal, utiliza tanto a presença militar quanto a cooperação diplomática e humanitária para atingir seus objetivos geopolíticos. Essa abordagem híbrida possibilita que o Brasil exerça sua influência e a devida projeção dos seus interesses de maneira mais eficiente e flexível, adaptando-se às diversas circunstâncias do cenário internacional.

Dessa forma, podemos observar que a análise da Estratégia de Defesa Marítima da Marinha do Brasil demonstra o uso de *smart power* nas relações internacionais, com posturas persuasivas e cooperativas, e a Força Naval equilibra a projeção de poder militar com a diplomacia e a cooperação, especialmente no contexto estratégico do Golfo da Guiné. Essa abordagem híbrida permite ao Brasil fortalecer a sua presença internacional, promover a segurança marítima e estabelecer parcerias duradouras. Assim, a Marinha do Brasil mostra-se adaptável e

eficaz na defesa dos interesses geopolíticos do país, exercendo a sua influência de maneira eficiente e flexível.

### 3.2 CONTEXTO HISTÓRICO E A DIPLOMACIA NAVAL CONTEMPORÂNEA

A utilização das forças navais como instrumentos diplomáticos tem sido uma prática recorrente na história das relações internacionais. A diplomacia naval representa a combinação de poder militar e de objetivos diplomáticos para influenciar eventos e negociações internacionais.

A diplomacia das canhoneiras refere-se ao uso ou à ameaça de força naval para alcançar objetivos políticos e diplomáticos. Esse termo surgiu no século 19, quando potências europeias e os Estados Unidos da América usavam suas marinhas para coagir Estados mais fracos a aceitarem suas demandas. As características principais da diplomacia das canhoneiras incluem a coerção militar, o uso de navios de guerra para intimidar ou forçar concessões, a imposição de tratados desfavoráveis e a proteção de interesses comerciais das potências (Xavier, 2021).

Após as grandes guerras mundiais (1914-1918; 1939-1945)<sup>16</sup>, estabeleceu-se uma nova ordem internacional conhecida como Guerra Fria (1946-1991), na qual a ameaça de uma guerra generalizada com o uso de bombas atômicas assolou as relações internacionais. Por consequência, os Estados precisaram adotar estratégias indiretas, e a Marinha de Guerra permaneceu um importante instrumento de dissuasão após a ascensão do submarino de propulsão nuclear. Era imperativo evitar um confronto direto ao mesmo tempo em que se buscava alcançar propósitos políticos (Hobsbawm, 1997). A solução foi a transformação das estratégias marítimas, incluindo a diplomacia naval como um elemento de projeção de poder (Xavier, 2021).

---

<sup>16</sup> Conforme analisado por Eric Hobsbawm em *Era dos extremos*, as duas guerras mundiais foram eventos cataclísmicos que moldaram o século 20. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ou Grande Guerra, foi marcada pela rivalidade entre as potências europeias e resultou em devastação em massa e colapso de impérios tradicionais, como o Austro-Húngaro e o Otomano. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um conflito de escala ainda maior, envolveu atores de todos os continentes e colocou as Potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) contra os Aliados (Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido, entre outros). Esse conflito resultou em consequências devastadoras, incluindo o Holocausto e a destruição nuclear de Hiroshima e Nagasaki (1945), além de reconfigurar a ordem mundial e impulsionar a criação das Nações Unidas como um esforço para evitar futuras guerras de tal magnitude (Hobsbawm, 1997).

A diplomacia naval é um conceito abrangente que engloba não apenas a coerção, mas também a presença e a projeção de poder naval para fins pacíficos e colaborativos. Esse conceito sofreu transformações nos séculos 20 e 21, adaptando-se às dinâmicas das relações internacionais modernas. Elementos fundamentais da diplomacia naval contemporânea incluem a presença naval para o apoio humanitário, a manutenção constante de forças navais em áreas de interesse, a realização de exercícios navais que demonstram capacidade militar sem adotar uma postura agressiva, operações de liberdade de navegação e visitas regulares de embarcações a regiões estratégicas (Xavier, 2021).

No contexto da diplomacia naval contemporânea, destacam-se as análises de Hervé Coutau-Bégarie (1956-2012) e Ken Booth (1943- ). O estrategista Bégarie define o conceito como o uso de forças navais em tempos de paz para promover os interesses nacionais através da presença naval, de exercícios conjuntos e da cooperação internacional. A diplomacia naval busca fortalecer alianças, dissuadir adversários e garantir a segurança das rotas marítimas (Coutau-Bégarie, 2015). Booth argumenta que a diplomacia naval vai além da simples demonstração de poder militar. Para ele, a diplomacia naval inclui a construção de confiança, a promoção de estabilidade regional e a prevenção de conflitos por meio de cooperação e diálogo (Booth, 1977).

Contudo, podemos inferir que a diplomacia naval moderna é essencial para a manutenção da ordem e da segurança globais. A transformação do uso da força naval, de uma prática coercitiva, exemplificada pela diplomacia das canhoneiras, para uma abordagem mais abrangente e colaborativa no século 21 sublinha a importância contínua das marinhas como instrumentos diplomáticos multifacetados.

No contexto do Golfo da Guiné, a presença da Marinha brasileira e a realização de exercícios combinados exemplificam essa abordagem ao fortalecer alianças regionais, promover a interoperabilidade, contribuir para a garantia da segurança marítima e para a prevenção de conflitos, promovendo a paz e a estabilidade na região. Dessa maneira, alinhada ao conceito de *smart power* de Nye Junior, a diplomacia naval contemporânea integra tanto a demonstração de força militar quanto a promoção de cooperação e diálogo.

### 3.3 A DIPLOMACIA NAVAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A atuação brasileira em São Tomé e Príncipe exemplifica a aplicação prática dos conceitos discutidos neste capítulo, como a diplomacia naval e o uso de *soft power*. As relações entre Brasil e STP, que remontam ao período colonial e são reforçadas por laços históricos e culturais compartilhados pela língua portuguesa, intensificaram-se no início do século 21, motivadas por interesses estratégicos comuns no Atlântico Sul (Seabra, 2019).

No contexto das teorias de *hard power*, *soft power* e *smart power*, detalhadas por Nye Junior, podemos concluir que a diplomacia naval brasileira em São Tomé e Príncipe por meio da cooperação técnica e o treinamento oferecidos pela Marinha do Brasil, que incluem a capacitação da Guarda Costeira daquele país e a modernização de suas infraestruturas navais, exemplifica a aplicação do *soft power*. Esses esforços, sob a égide de uma Comissão Naval, visam fortalecer a segurança marítima da região por meio da construção de capacidades locais, promovendo valores de cooperação e amizade.

A realização de operações navais combinadas, como a Operação Guinex, tem como objetivo aprimorar a interoperabilidade entre a MB e as forças navais de diversos países do Golfo da Guiné, promovendo a troca de conhecimentos e aumentando a capacidade de resposta conjunta a ameaças transnacionais, como a pirataria e o tráfico ilícito (Cerqueira, 2023).

Podemos inferir que esses esforços conjuntos, através da MB, têm fortalecido a posição estratégica do Brasil no Atlântico Sul, ampliando sua influência e capacidade de projeção de poder. Além do mais, demonstram como o Brasil se prepara para o uso do *smart power* em seu entorno estratégico, ao exibir a sua capacidade militar, contribuindo para a dissuasão direta de ameaças.

No próximo capítulo, "A atuação da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe", detalharemos as ações específicas da Marinha do Brasil para fortalecer a segurança e a cooperação no Golfo da Guiné.

## 4 A ATUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O arquipélago de São Tomé e Príncipe foi colonizado por Portugal no século 16, época em que foi promovido o *plantation*<sup>17</sup> de cana-de-açúcar mediante mão de obra compulsória. Além disso, de seus portos atravessaram o Atlântico homens e mulheres escravizados em direção às principais lavouras da América. A partir da Revolução dos Cravos<sup>18</sup>, de 1974, iniciou em Portugal o movimento de independência contra a metrópole. A consolidação do Estado democrático foi obtida na década de 1990, quando foi estabelecida uma democracia multipartidária. No continente africano, o país São Tomé e Príncipe é considerado uma das democracias mais estáveis<sup>19</sup> (BBC, 2023).

No âmbito econômico, a agricultura, especialmente o cacau, e a indústria pesqueira são as principais atividades desempenhadas, complementadas pelo turismo. De acordo com a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América (*Central Intelligence Agency*), São Tomé e Príncipe representa a maior economia insular da África (*Central Intelligence Agency*, 2024). Suas ilhas estão separadas por aproximadamente 150 km, formando uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) que se estende por 125.891 km<sup>2</sup>. Esse território marítimo é 160 vezes maior que o terrestre, destacando a significativa extensão e importância da área marítima em relação ao território terrestre das ilhas (Andrade, 2023). Assim, a proximidade com áreas ricas em recursos naturais, como petróleo e gás, torna o arquipélago um ponto central para operações de segurança e defesa na região.

A Guarda Costeira e o Exército santomenses possuem a missão de garantia da segurança externa (*Central Intelligence Agency*, 2024). Não obstante, enfrentam desafios nos quesitos de modernização tecnológica e profissionalização de seu pessoal.

---

<sup>17</sup> Grande extensão de terra onde são cultivados produtos tropicais, em geral para exportação (Soares Amora, 2009).

<sup>18</sup> O movimento determinou o fim da ditadura em Portugal promovida por Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970) e Marcelo Caetano (1906-1980). O país enfrentava uma crise econômica e ações de repressão nas colônias. Como consequência, os países africanos finalmente obtiveram independência (como Moçambique, Guiné-Bissau e Angola) (Serrano, 2024).

<sup>19</sup> A República Democrática de São Tomé e Príncipe é composta por duas ilhas principais, denominadas de Ilha de São Tomé e Ilha do Príncipe e várias ilhotas, compreendendo um território de 1001 km<sup>2</sup>, com cerca de 223 mil habitantes. O estado não tem fronteiras terrestres, mas situa-se relativamente próximo das costas do Gabão, Guiné Equatorial, Camarões e Nigéria (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, 2023).



Portanto, podemos concluir que a busca por parceria junto aos países que estão aptos a promover esse auxílio militar é estratégica para o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, é interessante notar que existe um passado e um presente que justificam os laços entre o Brasil e São Tomé e Príncipe. Além de experimentarem a colonização portuguesa, vivenciaram desafios na consolidação de um Estado democrático e, atualmente, buscam o desenvolvimento socioeconômico.

Assim, podemos inferir que é evidente o interesse de São Tomé e Príncipe em aproveitar a sua localização estratégica e o seu potencial econômico para se tornar um entreposto significativo para o comércio e a defesa no Golfo da Guiné. Esse desenvolvimento não apenas beneficiaria a segurança e o comércio regionais, mas também contribuiria para o avanço nas áreas de educação, saúde, inclusão social e geração de renda no país. Nesse contexto, o Brasil se apresenta como um parceiro estratégico excelente, oferecendo apoio substancial e beneficiando-se dessa cooperação para projetar o seu poder e influência no Atlântico Sul.

Nessa relação bilateral, o Estado brasileiro identifica a importância do emprego da diplomacia naval. A cooperação com a Marinha do Brasil contribui para o fortalecimento das capacidades locais de resposta às ameaças transnacionais, promovendo a estabilidade regional e contribuindo para a segurança dos interesses econômicos e comerciais do Brasil no Atlântico Sul (Brasil, 2023).

Desse modo, neste capítulo, analisaremos a atuação do Brasil em São Tomé e Príncipe por meio da Marinha do Brasil, destacando as suas iniciativas de cooperação, os impactos regionais e as oportunidades de desenvolvimento conjunto. Além do mais, exploraremos os desafios e as perspectivas dessa relação bilateral, com ênfase no papel da missão de assessoria naval brasileira.

#### 4.1. FORTALECENDO OS LAÇOS E A SEGURANÇA NO GOLFO DA GUINÉ POR MEIO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

No século 21, o Brasil busca se reaproximar de países como São Tomé e Príncipe como parte de uma estratégia mais ampla de fortalecer os laços com a África Ocidental, diversificando parcerias internacionais e procurando novos mercados e recursos naturais motivados pela cooperação Sul-Sul (Saraiva, 2012).

Desde 2003, durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve um novo impulso nas relações bilaterais, com visitas oficiais e acordos de cooperação (Ferreira, 2009). A criação do Núcleo de Missão Naval Brasileira em STP em 2014 exemplifica a intensificação das relações, focando na segurança e na cooperação técnica.

A presença da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe é fundamental para a estratégia de defesa e segurança no Atlântico Sul, uma região crucial para o comércio marítimo brasileiro. A Política Nacional de Defesa de 2020 reconhece a importância do Atlântico Sul e da costa ocidental africana, onde se localiza o Golfo da Guiné, como parte do entorno estratégico do Brasil. A segurança dessa região é vital para garantir rotas marítimas seguras e proteger os recursos naturais brasileiros, fortalecendo assim a segurança e o desenvolvimento sustentável do país (Brasil, 2020a).

Dessa forma, podemos afirmar que a crescente interação entre o Brasil e São Tomé e Príncipe representa uma das prerrogativas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos na Política Nacional de Defesa de 2020 caracterizados pela contribuição para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais. Portanto, cabe uma análise sobre os esforços bilaterais no âmbito da segurança a partir do caso da presença diplomática da Marinha do Brasil.

#### 4.2. INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO E SEGURANÇA

Desde a criação do Núcleo de Missão Naval Brasileira em STP, em 2014, a Marinha do Brasil tem realizado diversas iniciativas para fortalecer a segurança na região. Estas incluem exercícios combinados, patrulhas e treinamento de oficiais da Guarda Costeira de STP, visando aprimorar a capacidade de resposta às ameaças transnacionais, como pirataria, tráfico de drogas e pesca ilegal (Cerqueira, 2023).

Destacam-se as seguintes tarefas da Missão de Assessoria Naval Brasileira em STP:

I – Levantamento das necessidades da Guarda Costeira de STP, com a finalidade de elaborar uma proposta de Acordo entre os dois países; II – Acompanhamento das atividades do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN) em STP; III – Gestão dos recursos materiais e patrimoniais sob responsabilidade da Missão; IV – Assessoria ao Embaixador do Brasil em STP sobre assuntos da Missão. (Brasil, 2014, p. 8)

A missão realiza uma série de atividades para o desenvolvimento e capacitação da GCSTP e órgãos do governo relacionados à segurança marítima. Essas atividades incluem capacitação técnica de militares no Sistema de Ensino Naval (SEN) da Marinha do Brasil, apoio ao Instituto Marítimo Portuário (IMAP), capacitação de Inspetores Navais, formação de uma Unidade de Fuzileiros Navais para combate a ilícitos no mar, elaboração da Estratégia Marítima para STP e doações de material militar (Entrevista A).

É pertinente destacar o papel desempenhado pela Marinha do Brasil no desenvolvimento da mentalidade marítima em São Tomé e Príncipe. Em 2020, após um intervalo de 27 anos, a Marinha Mercante de São Tomé e Príncipe celebrou a chegada de novos oficiais recém-formados na Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM), refletindo a importância da cooperação entre as duas nações por meio do Programa Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME). A Missão de Assessoria Naval de São Tomé e Príncipe tem sido fundamental nesse processo, promovendo atividades que incentivam a preservação dos oceanos e ressaltando a relevância das atividades marítimas para a prosperidade do arquipélago (Entrevista A).

Esse esforço conjunto é capaz de fortalecer a capacitação técnica necessária para enfrentar desafios internacionais e atender às recomendações da Organização Marítima Internacional (IMO) (Santos, 2020).

Além das atividades mencionadas, destaca-se a implementação do ensino a distância (EAD) do PEPME em 2019. Foi uma medida adotada para enfrentar desafios relacionados à escassez de recursos financeiros, dificuldades de mobilidade e longos períodos de afastamento. As aulas remotas também possibilitaram manter a qualificação da GCSTP, disseminar conhecimentos para atuação na prevenção da disseminação da covid-19 no arquipélago, aprimorar conhecimentos em busca e salvamento marítimo e desenvolver habilidades em ferramentas de gestão (Entrevista A).

Destarte, verificamos que a Missão Naval Brasileira em São Tomé e Príncipe é um instrumento político para ampliar a projeção de poder do Brasil em seu entorno estratégico através da diplomacia naval. Ao fortalecer a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, os militares conquistam uma capacidade de vigilância e resposta às ameaças regionais. Esse empenho cooperativo não só melhora a segurança nas águas da região como também fortalece as bases para a estabilidade política e

econômica no Golfo da Guiné, consolidando os laços entre Brasil e São Tomé e Príncipe e contribuindo para a paz e a segurança regionais.

Também é válido destacar o trabalho dos fuzileiros navais brasileiros que desempenham um papel crucial nas atividades de cooperação em São Tomé e Príncipe, realizando operações anfíbias, exercícios de segurança das instalações e assistência humanitária. Essas atividades incluem exercícios combinados com as forças locais, proteção de instalações estratégicas e participação em operações de busca e salvamento, o que não apenas aprimora a capacidade de pronta resposta de STP em caso de ameaças, mas também fortalece as capacidades operacionais locais e promove a troca de conhecimentos e o desenvolvimento de técnicas de combate e segurança (Santos, 2022).

Durante a missão de assessoria técnica ocorrida entre 2015 e 2016, na qual o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais proporcionou um treinamento técnico-profissional a soldados de STP. Ao término do curso, 38 fuzileiros navais, capacitados para realizar operações anfíbias e terrestres de caráter naval, foram incorporados à Guarda Costeira de STP (Uduwanage, 2017).

Por consequência, essas ações geraram grande visibilidade para a Marinha do Brasil, não só em STP, mas também em outros países africanos como Nigéria e Angola. A repercussão positiva do trabalho desenvolvido pelos fuzileiros navais contribuiu significativamente para o aumento da presença brasileira no continente, especialmente na costa ocidental da África, assim como fortaleceu os laços de amizade e cooperação com STP (Uduwanage, 2017).

Nessa missão, podemos perceber que os fuzileiros navais brasileiros desempenham um papel essencial em São Tomé e Príncipe, viabilizando a formação de novos militares com aptidão para a manutenção da estabilidade regional. Os exercícios combinados, as medidas de proteção de instalações estratégicas e a capacitação de soldados fornecem subsídios para o aprimoramento das capacidades operacionais da região. É evidente que essa formação é capaz de promover a interferência nas mentes e nas atitudes dos militares locais, correspondendo aos interesses brasileiros.

Por conseguinte, concluímos que as missões desempenhadas pela Marinha do Brasil são eficazes, promovendo a presença e influência do Brasil em São Tomé e Príncipe e, conseqüentemente, na África Ocidental, uma região de importância

estratégica. No entanto, alguns desafios são enfrentados no cotidiano e precisam ser avaliados para contribuir para o aprimoramento dessas ações.

#### 4.3 DESAFIOS PARA A MARINHA DO BRASIL E PARA A GUARDA COSTEIRA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO GOLFO DA GUINÉ

O Golfo da Guiné é uma região de grande importância geoestratégica, atraindo a atenção de potências globais como Estados Unidos da América e China, interessadas em seus recursos naturais e nas rotas comerciais. Essa disputa por influência gerou investimentos e iniciativas de cooperação que impulsionaram o desenvolvimento econômico na África, mas a instabilidade política e os desafios socioeconômicos ainda ameaçam a segurança regional. São Tomé e Príncipe, com sua localização estratégica, é crucial para operações de segurança marítima e cooperação internacional. As relações diplomáticas e militares com o Brasil destacam a relevância do arquipélago na manutenção da estabilidade regional, exemplificando a diplomacia naval como ferramenta de *soft power* (Entrevista A).

No entanto, tanto a Marinha do Brasil quanto a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe enfrentam desafios significativos para cumprir as suas missões e assegurar a segurança na região; ambas as forças navais trabalham para superar sérias limitações em termos de recursos financeiros, meios navais adequados, equipamentos modernos e infraestrutura. Essas restrições dificultam significativamente as operações de patrulha e a capacidade de resposta a emergências (Entrevista B).

Considerando que São Tomé e Príncipe possui uma vasta Zona Econômica Exclusiva, o monitoramento e a fiscalização são tarefas desafiadoras. A capacidade limitada de patrulhamento implica dificuldades para garantir a segurança e prevenir atividades ilícitas, como a pesca ilegal e a pirataria. A pesca ilegal é uma ameaça constante nas águas de STP, com embarcações estrangeiras, como as de origem chinesa, frequentemente explorando os recursos marinhos de forma não autorizada. Ademais, a região do Golfo da Guiné encara riscos de pirataria e outros crimes marítimos, exigindo uma resposta eficiente da Guarda Costeira (Entrevista B). A interoperabilidade com as forças brasileiras é essencial para o sucesso das operações combinadas. A troca de informações e a realização de exercícios

combinados são fundamentais para enfrentar ameaças como a pirataria e o tráfico ilícito.

No entanto, diferenças operacionais e culturais podem representar obstáculos para uma cooperação eficaz. A Marinha do Brasil tem implementado programas de capacitação e educação para os militares santomenses, incluindo o ensino a distância e cursos presenciais no Brasil, visando mitigar tais obstáculos. Apesar dos esforços, a necessidade de capacitação contínua e a adaptação às mudanças tecnológicas representam desafios significativos. A implementação de uma Cultura de Gestão também é crucial para o desenvolvimento sustentável da Guarda Costeira de STP (Entrevista A).

Logo, verificamos que os desafios da Marinha do Brasil e da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe no Golfo da Guiné incluem limitações de recursos e infraestrutura, dificultando operações de patrulha e resposta a emergências. A pesca ilegal e a pirataria são ameaças constantes, exigindo treinamento contínuo e interoperabilidade eficaz.

Dessa forma, concluímos que a atuação brasileira, por meio da Marinha do Brasil, em São Tomé e Príncipe exemplifica a aplicação eficaz do *soft power* e prepara-se para a aplicação do *smart power* ao integrar diplomacia naval e presença militar para promover a estabilidade regional.

A diplomacia naval brasileira, por meio da cooperação técnica e capacitação oferecidas à GCSTP pela Missão de Assessoria Naval, bem como a modernização das infraestruturas navais e operações combinadas como a Guinex, fortalece a segurança marítima e amplia a influência estratégica do Brasil no Golfo da Guiné.

Dessa forma, essas iniciativas não só aprimoram a capacidade operativa da GCSTP, porém também reforçam a posição do Brasil como um parceiro confiável e comprometido com a segurança regional.

Logo, consideramos que a continuidade dessas operações, que dependem de recursos constantes e apoio logístico, é essencial para consolidar as pretensões internacionais do Brasil, reafirmando o seu papel como um ator relevante na cooperação internacional, principalmente na África Ocidental.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou a aproximação estratégica entre o Brasil e os países da África Ocidental, especialmente no Golfo da Guiné, por meio da Marinha do Brasil. As implicações dessa aproximação são vastas, abrangendo desde vínculos históricos até a contribuição para a segurança marítima e proteção das rotas comerciais, através da cooperação em áreas como treinamento e capacitação militar, até as operações combinadas.

Nesse sentido, baseamos o nosso estudo na parceria brasileira com São Tomé e Príncipe, demonstrando como a Marinha do Brasil tem desempenhado um papel crucial na consolidação de uma presença estratégica brasileira na região, contribuindo para a estabilidade e segurança do Golfo da Guiné. Essa parceria estratégica tem implicações significativas tanto para a política externa brasileira quanto para o fortalecimento das capacidades de defesa e segurança santomenses, promovendo um ambiente de cooperação mútua e desenvolvimento regional.

Assim, a partir dessas análises, apresentamos no nosso estudo algumas conclusões a que chegamos na compreensão das implicações geopolíticas e de segurança decorrentes desta parceria estratégica e, principalmente, o impacto para a própria força naval brasileira.

Primeiramente, mostramos a evolução das relações estratégicas entre o Brasil e a África Ocidental, desde as conexões históricas estabelecidas durante o período colonial até a redefinição das parcerias no século 20, refletindo uma trajetória de cooperação que busca a diversificação e o fortalecimento mútuo. Vimos que no século 20, a descolonização africana e a emergência de novos Estados-nação ofereceram ao Brasil a oportunidade de redefinir suas relações com o continente, reconhecendo a importância estratégica da África Ocidental em termos de recursos naturais e como parceiro internacional. Além disso, observamos que durante o regime civil-militar brasileiro (1964-1985), especialmente a partir do governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969), a política externa pragmática visou diversificar parcerias e reduzir a dependência das potências ocidentais, particularmente dos Estados Unidos da América. Com o fim da Guerra Fria (1946-1991), constatamos que o Brasil intensificou esforços para se aproximar da África Ocidental, reafirmando a importância dessas relações.

Concluimos que a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a participação na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foram fundamentais para o estreitamento dos laços históricos, sociais, culturais e de segurança. Outrossim, vimos que a política de aproximação Sul-Sul, intensificada durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), destacou a relevância da África Ocidental para o Brasil, resultando em iniciativas multilaterais focadas no desenvolvimento sustentável e na segurança marítima. Essa trajetória demonstra que o fortalecimento das relações Brasil-África Ocidental não apenas promove o desenvolvimento econômico, mas também consolida uma parceria estratégica essencial para a projeção de poder e influência no cenário internacional.

Analisamos a relevância estratégica do Golfo da Guiné para a segurança marítima da África Ocidental. Essa região, parte do entorno estratégico do Brasil, rica em recursos naturais e rotas marítimas essenciais, enfrenta desafios como a pirataria e o tráfico de drogas.

Portanto, concluimos que a presença brasileira no Golfo da Guiné é imperativa para a defesa da Amazônia Azul e a diplomacia naval brasileira, configurada como *soft power*, busca promover a segurança e a cooperação na região. Assim sendo, a presença da Marinha do Brasil e a realização de exercícios combinados com forças locais são essenciais para mitigar as ameaças transnacionais e garantir a estabilidade das rotas comerciais.

Vimos o papel estratégico de São Tomé e Príncipe, cuja localização no Golfo da Guiné torna o arquipélago vital para operações de segurança marítima, o que foi destacado como um ponto central na nossa pesquisa. Além disso, concluimos que o Brasil se prepara para implementar uma estratégia mais abrangente que integra elementos de *soft power* e *smart power*, visando uma atuação mais eficaz e flexível no cenário internacional.

Detalhamos as atividades específicas da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe, destacando a criação do Núcleo de Missão Naval Brasileira e a realização de exercícios combinados. Essas iniciativas não apenas aprimoram as capacidades operacionais das forças locais, mas também promovem a troca de conhecimentos e fortalecem os laços diplomáticos entre os dois países. A cooperação técnica e os treinamentos oferecidos pela Marinha do Brasil são exemplos do uso do *soft power* para alcançar os objetivos estratégicos, em que a sua atuação tem gerado impactos positivos na segurança regional, contribuindo para a profissionalização e o



aprimoramento das capacidades operacionais da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe.

Finalmente, verificamos que a Marinha do Brasil tem desempenhado um papel significativo na promoção da paz e estabilidade regional, alinhando-se aos objetivos da atual Política Nacional de Defesa e fortalecendo a posição geopolítica do Brasil. A importância do Atlântico Sul e da costa ocidental africana, incluindo o Golfo da Guiné, é crucial para garantir rotas marítimas seguras e proteger os recursos naturais do país, contribuindo para a segurança e o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a atuação da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe exemplifica esse compromisso, promovendo a estabilidade regional e reforçando a segurança marítima no Entorno Estratégico Brasileiro. Adicionalmente, o desenvolvimento da mentalidade marítima e a reativação da Marinha Mercante de São Tomé e Príncipe foram essenciais para a prosperidade do arquipélago. Essas ações não apenas contribuíram para a estabilidade no Golfo da Guiné, mas também consolidaram o Brasil como um parceiro estratégico e confiável, apoiando significativamente no desenvolvimento estratégico e na segurança da região.

Assim, o Brasil tenta consolidar a sua posição como um ator relevante no cenário global, com uma influência significativa na África Ocidental.

Com base nos estudos desenvolvidos ao longo deste trabalho, conseguimos responder à questão de pesquisa proposta: “Em que medida a Marinha do Brasil, nos últimos dez anos, vem contribuindo nas relações estratégicas entre o Brasil e os países do Golfo da Guiné, notadamente em São Tomé e Príncipe?”, atingindo o propósito do trabalho.

Nesse contexto, visando contribuir para consolidar e fortalecer ainda mais o protagonismo do Brasil no cenário internacional, por meio das ações da Marinha do Brasil, sugere-se, como linha de pesquisa futura, um estudo sobre a influência da diplomacia naval das grandes potências no Entorno Estratégico Brasileiro. Essa abordagem visa reforçar a posição estratégica do Brasil por meio da modernização e expansão das capacidades militares, permitindo ao país exercer um papel mais relevante no uso do *smart power* em áreas de interesse estratégico, como o Golfo da Guiné. Além disso, a medida busca contrapor a crescente influência de superpotências, como a China, no Entorno Estratégico Brasileiro.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, edição especial, p. 214-240, dez. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/qAKUzE>. Acesso em: 27 jul. 2024.

ANDRADE, Salustino Davis S. **São Tomé e Príncipe e o mar: desafios e oportunidades**. 2023. Comunicação proferida no 8º Congresso Internacional do Direito na Lusofonia. Acesso em: 23 jul. 2024.

ARRUDA, Renato Garcia. **Amazônia azul: um patrimônio a ser defendido**. 2014. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2014.

BBC News. Sao Tome and Principe country profile. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-14093493#:~:text=Sao%20Tome%20and%20Principe%2C%20once,of%20slaves%20from%20the%20mainland>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BEAUFRE, André. **Introducción a la estratégia**. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1965.

BOOTH, Ken. **Naval strategy: the influence of sea power**. Londres: Macmillan, 1977.

\_\_\_\_\_. **Navies and foreign policy**. Londres: Croom Helm, 1989.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política nacional de defesa**. Brasília-DF: Ministério da Defesa, 2020a. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Instrução Normativa n. 3, de 15 de dezembro de 2022. Estabelece o conceito para a expressão “Águas Jurisdicionais Brasileiras” perante a Marinha do Brasil. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/atos-normativos/gcm/in-1-2011-mb-md.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 533, de 10 de novembro de 2014. Estabelece as tarefas da Missão de Assessoria Naval Brasileira em São Tomé e Príncipe. Brasília, 2014. **Diário Oficial da União**, nº 218, seq. 1, p. 8, 11 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Estado-Maior da Armada. EMA-305: **Doutrina militar naval**. 1ª rev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano estratégico da Marinha (PEM2040)**. Brasília-DF: Estado Maior da Armada, 2020b.

\_\_\_\_\_. Estado-Maior da Armada. EMA-310: **Estratégia de defesa marítima**, 2023.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Explore all countries**: São Tome and Principe. 2024. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/sao-tome-and-principe>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CERQUEIRA, Thaís. Agência Marinha de Notícias. Conexão Brasil-África: saiba como a Marinha contribui para o desenvolvimento do continente. 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/conexao-brasil-africa-saiba-como-marinha-contribui-para-o-desenvolvimento-do>. Acesso em: 4 jun. 2024.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política externa do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). 2024. Disponível em: <https://www.cplp.org>. Acesso em: 27 jun. 2024.

COSTA, Murilo Gomes da. Desafios da revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul no contexto da Década Oceânica (2021-2030). **Policy Brief**, Lisboa, n. 16, abr. 2023. Disponível em: [https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/pub/acpubs/Documents/Atlantic-Centre\\_PB\\_16.pdf](https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/pub/acpubs/Documents/Atlantic-Centre_PB_16.pdf). Acesso em: 28 jul. 2023.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Diplomacia naval e estratégia marítima**. São Paulo: Editora Naval, 2015.

DNA Cidadania. Visto “CPLP”: um panorama geral. 2023. Disponível em: <https://www.dnacidania.com.br/antigo/visto-cplp-um-panorama-geral/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

FERREIRA, Ricardo Jaques. **Diplomacia naval no Atlântico Sul**: a contribuição da Marinha do Brasil para a política externa brasileira. 2019. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/726/1/RICARDO%20JAQUES%20FERREIRA.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2024.

FERREIRA, Wallace. Política externa do governo Lula: coalizões ao sul como alternativa multilateral. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 3, n.1, p. 100-125, jan.-jun. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/8351>. Acesso em: 1 jun. 2024.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HUGON, Philippe. **Geopolítica da África**. Trad. Constância Morel. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

JORGE, Nedilson (Org.). **História da África e relações com o Brasil**. Brasília: Funag, 2018.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 24-59, jan.-jun. 2005. Disponível em: <https://goo.gl/oEUg2Z>. Acesso em: 27 jul. 2024.

LIMA, Maria Regina Soares; MILANI, Carlos R. S.; DUARTE, Rubens de S. (Coords.). **Atlas da política brasileira de defesa**. Buenos Aires: Clacso; Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

MAR & DEFESA (blog). A Marinha do Brasil no Golfo da Guiné. 27 jun. 2022. Disponível em: <https://www.maredefesa.com.br/post/a-marinha-do-brasil-no-golfo-da-guin%C3%A9>. Acesso em: 27 jul. 2024.

MELLO E SOUZA, Marina de. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2008.

MONASTERIO, Leonardo Monteiro; NERI, Marcelo Côrtes; SOARES, Sergei Suarez Dillon (Eds.). **Brasil em desenvolvimento 2014**: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014. v. 2.

MOUDOUMA, Loic. Golfo da Guiné: entre desafios e estratégias marítimas. Africa Center for Strategic Studies. 2018. Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2018/03/Moudouma-PORT.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2024.

NYE JUNIOR, Joseph S. **Soft power**: the means to success in world politics. Nova York: Public Affairs, 2004.

\_\_\_\_\_. **The future of power**. Nova York: Public Affairs, 2011.

SALLES, Felipe; VIEIRA, Diego. A Alide a bordo do NP/Oc Apa: Obangame Express 2014. **Revista Passadico**, n. 34, 2014. Disponível em: [https://www.marinha.mil.br/caaml/sites/www.marinha.mil.br.caaml/files/upload/Revista\\_Passadico\\_2014\\_.pdf](https://www.marinha.mil.br/caaml/sites/www.marinha.mil.br.caaml/files/upload/Revista_Passadico_2014_.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.

SANTOS, Martins dos. 27 anos depois Marinha Mercante de STP tem novos oficiais. 2020. Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2020/02/11/31152/27-anos-depois-marinha-mercante-de-stp-tem-novos-oficiais/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. STP e Brasil realizam exercícios militares no mar. 2022. Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2022/07/08/37794/stp-e-brasil-realizam-exercicios-militares-no-mar/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico**: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SEABRA, Pedro. Desafios e oportunidades do multilateralismo no Atlântico Sul. **Nação e Defesa**, n. 154, p. 37-53, dez. 2019. Disponível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/NeDef154\\_Abstract\\_PedroSeabra.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/NeDef154_Abstract_PedroSeabra.pdf). Acesso em: 22 mar. 2024.

SERRANO, Luiz. Roberto. Há 50 anos, com a Revolução dos Cravos, nasceu um novo Portugal. **Jornal da USP**. São Paulo. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/ha-50-anos-com-a-revolucao-dos-cravos-nasceu-um-novo-portugal>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SOARES AMORA, Antônio. **Minidicionário da língua portuguesa**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

UDUWANAGE, Charles. Intercâmbio com a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe em 2015. **Âncoras e Fuzis**, n. 49, ano XIX, 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/ancorasefuzis/article/view/3774>. Acesso em: 14 jul. 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (Unilab). 2023. Disponível em: <https://unilab.edu.br/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

\_\_\_\_\_. **A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul?** Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

XAVIER, Alexandre Tito dos Santos. A Força Naval como um instrumento da diplomacia: diplomacia das canhoneiras e diplomacia naval. *Tito Geopolítica*, 19 ago. 2021. Disponível em: <https://www.atitoxavier.com/post/a-for%C3%A7a-naval-como-um-instrumento-da-diplomacia-diplomacia-das-canhoneiras-e-diplomacia-naval>. Acesso em 30 jul. 2024.

## APÊNDICE A – ENTREVISTA A

**Entrevistado: Capitão de Mar e Guerra Rafael Zeque Monteiro** – Chefe da Missão de Assessoria Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe de 5 de maio de 2019 a 5 maio de 2021, quando Capitão de Fragata

Data: 7 de julho de 2024

**Pergunta 1:** *Qual é o objetivo principal da Missão de Assessoria Naval (MAN) brasileira em São Tomé e Príncipe?*

As tarefas da Missão foram estabelecidas no artigo 2º da Portaria nº 533/MB do CM, de 10 de novembro de 2014, conforme descritas a seguir:

I – efetuar levantamento das necessidades da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, com a finalidade de elaborar uma proposta de Acordo de Cooperação entre os dois países;

II – acompanhar e apoiar as atividades do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT FN) em São Tomé e Príncipe, subordinada a Missão;

III – administrar os recursos humanos, materiais e patrimoniais sob sua responsabilidade; e

IV – assessorar o Embaixador do Brasil, em São Tomé e Príncipe, quanto aos assuntos sob a responsabilidade da Missão.

Assim, a partir dessas atribuições, foi inferido que o objetivo principal da Missão seria assessorar o Comandante da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe (GCSTP) nos assuntos de interesse daquela instituição a fim de contribuir para o cumprimento de sua missão institucional.

**Pergunta 2:** *Quais são as principais atividades realizadas pela Missão Naval em parceria com a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe?*

A MAN vem trabalhando em apoio ao desenvolvimento/capacitação/estruturação da GCSTP e aos demais órgãos do governo em assuntos relacionados à segurança marítima. Assim, posso citar os seguintes contributos da Missão Naval no âmbito da segurança marítima:

- Capacitação técnica dos militares da GCSTP no SEN da Marinha do Brasil.

- Formação e capacitação de uma Unidade de Fuzileiros Navais para atuarem no combate dos ilícitos no mar (*Board Team*).
- Assessoria para Estruturação Organizacional e Funcional da Guarda Costeira com a elaboração de normas permanentes e documentos doutrinários.
- Participação ativa na elaboração da Lei nº 2/2018, que aprovou a Estratégia de Segurança Marítima para São Tomé e Príncipe.
- Eventuais doações de material militar, com destaque para uma Lancha de Apoio para a fiscalização marítima.
- Criação e execução do Estágio de Formação de Marinheiros, com propósito de dar a capacitação inicial para os recrutas oriundos do serviço militar obrigatório.
- Assessoria para Estruturação da Autoridade Marítima de STP – Nesse ponto, a Missão tem apoiado o Instituto Marítimo Portuário (IMAP), que é um dos órgãos do governo participante do Sistema da Autoridade Marítima na capacitação de seus Inspetores Navais.

Ainda sobre as atividades desenvolvidas, cabe ressaltar:

Em 2019, foi introduzido o ensino na modalidade a distância (EAD) para tentar mitigar problemas quanto a falta de recursos financeiros, mobilidade e distanciamento prolongado e incrementar a qualificação dos militares da GCSTP, oferecendo demais cursos do SEN, em complemento às bolsas já oferecidas na modalidade presencial.

Com o EAD, em 2020 foi possível qualificar militares para atuarem na prevenção a proliferação da covid-19, com a participação no Estágio Qualificação Técnica Especial contra a Proliferação da Covid-19 (E-QTEsp-Covid-19); foi incrementado o conhecimento em assuntos ligados a busca e salvamento marítimo com a participação no Curso Expedito Básico de Busca e Salvamento (C-Exp-BAS-SAR-EAD), além de permitir a qualificação de militares em ferramentas de gestão com a participação no Curso Expedito de Iniciação a Gestão por Excelência (C-Exp-IMGEX-EAD), Curso Expedito Ferramentas Gestão por Excelência (C-Exp-FEGGEXCEL-PR-EAD) e no Curso Expedito de Indicadores de Desempenho (C-Exp-INDIC-PR-EAD), os quais serão fundamentais para a implementação de uma cultura de gestão, tão necessária para o desenvolvimento sustentável da GCSTP.

Com ensino presencial no Brasil, foram realizadas as seguintes formações: Curso de Aperfeiçoamento em Infantaria, Curso de Habilitação a Sargento, Curso de Especialização em Eletricidade, Curso de Especialização de Manobra e Reparos e o Curso de Especialização em Escrita.

Além disso, o GAT-FN supervisiona os Cursos de Especialização em Infantaria (C-Espc-IF) e o Curso de Formação de Soldado Fuzileiro Naval, que são ministrados por instrutores da GCSTP formados pela Cooperação.

**Pergunta 3:** *Como o senhor avalia o impacto da presença brasileira em São Tomé e Príncipe na segurança regional?*

A presença da MB na região é muito importante. A oportunidade de exercermos a diplomacia naval, um dos nossos campos de atuação do Poder Naval, seja por meio da MAN ou pela ação de presença de nossos meios navais que participam das Operações Guinex, Obangame Express e Grand African Nemo, possibilita a troca de experiências, o aumento da interoperabilidade, reforçar os laços de amizade entre as Marinhas e, é claro, contribuir de alguma forma para aumentar a sensação de segurança.

**Pergunta 4:** *Quais são as perspectivas futuras para a cooperação entre o Brasil e São Tomé e Príncipe na área de segurança marítima?*

Na minha avaliação, as atividades da MAN precisam de uma maior capilaridade pois, em que pese São Tomé e Príncipe ser um país insular, a mentalidade marítima da sociedade é muito baixa e precisa ser trabalhada em todos os níveis. Além disso, o PIB [Produto Interno Bruto] de defesa do país é extremamente baixo (cerca de US\$ 700 mil, dados de 2023), o que limita a atuação de suas forças armadas. Nesse viés, o maior desafio foi lidar com a escassez de recursos de toda ordem para incrementar a capacitação da GCSTP. Diante dessa realidade é que se decidiu por implementar uma cultura de gestão que possibilitasse o desenvolvimento sustentável da GCSTP.

**Pergunta 5:** *O senhor gostaria de fazer mais alguma observação relevante que possa enriquecer a pesquisa sobre a importância da presença brasileira no Golfo da Guiné, em especial em São Tomé e Príncipe?*



O GoG [Golfo da Guiné] possui uma extensa área marítima, apresenta um enorme potencial de exploração de recursos minerais e tem destacada posição geoestratégica para o comércio mundial. Essas características foram fundamentais para atrair grandes potências do Sistema Internacional na busca por recursos naturais e por novos mercados consumidores. Assim, desencadeou-se uma verdadeira disputa entre Estados desenvolvidos e emergentes pela ampliação de suas influências políticas e econômicas no continente.

Os interesses internacionais motivaram investimentos diversos e iniciativas de cooperação que resultaram em promissoras taxas de crescimento e desenvolvimento na África. Porém, mesmo com os avanços, a persistente instabilidade política, os desafios socioeconômicos e o ambiente conflituoso, a partir dos anos 2000, essa região virou foco de inquietação dos países da região e de grandes potências que dependem ou tiram proveito de seus recursos, pois o aumento de casos de violência no mar e ações terroristas passaram a ameaçar a paz regional e a boa ordem no mar. Desde então, países como a China, Estados Unidos da América, França e organismos internacionais, como a União Europeia, além dos países limítrofes, têm se preocupado com a questão securitária do GoG, ensejando a necessidade de elaboração de estratégias para a segurança marítima dessa região que contemplem possibilidades de cooperação regional e internacional.

O aumento da instabilidade da segurança marítima na região e a presença cada vez maior de potências exógenas na região com interesses diversos, clama o Brasil a adotar um posicionamento de liderança para preservar os interesses do Estado brasileiro no seu entorno estratégico.

Sendo mais específico, em que pese São Tomé e Príncipe não ter o mesmo quilate que uma Nigéria ou Angola, o país é signatário da ONU [Organização das Nações Unidas] e tem direito a voto no Conselho de Segurança da ONU e, como o Brasil almeja uma cadeira de membro permanente desse conselho, o voto de São Tomé [e Príncipe] é muito importante.

## APÊNDICE B – ENTREVISTA B

**Entrevistada: Primeiro-Tenente *Vitalina Lopes Vaz Vera Cruz*** – Capitã dos Portos da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Data: 6 de julho de 2024

**Pergunta 1:** *Qual é a importância da cooperação entre São Tomé e Príncipe e a Marinha do Brasil para a segurança marítima na região do Golfo da Guiné?*

A Marinha do Brasil tem desempenhado um papel de grande relevância no que respeita à segurança marítima na região do Golfo da Guiné. Sua cooperação com São Tomé e Príncipe envolve patrulhas conjuntas, treinamento, formações e partilhas de informações para combater as diversas ameaças, como a pirataria e o tráfico ilícito. Essa parceria contribui para a estabilidade e proteção das águas sob jurisdição de STP.

**Pergunta 2:** *Quais foram os principais benefícios observados em São Tomé e Príncipe desde o início da parceria com a Marinha do Brasil?*

Desde o início da parceria com a Marinha do Brasil, São Tomé e Príncipe tem colhido benefícios significativos em diversas vertentes, que passo a citar:

Capacitação e treinamento: A Marinha do Brasil tem vindo a oferecer treinamento especializado aos militares santomenses desde os grumetes até os oficiais, em diversas áreas de saber, incluindo os fuzileiros navais. Isso fortaleceu as habilidades operacionais e a capacidade de resposta das forças de segurança do país.

Cooperação em patrulhas marítimas: A colaboração entre as marinhas envolve patrulhas conjuntas nas águas do Golfo da Guiné. Isso ajuda a combater ameaças como a pirataria, o tráfico ilícito e a pesca ilegal.

Partilha de informações: A troca de informações entre as duas marinhas contribui para a segurança regional. São Tomé e Príncipe se beneficia do conhecimento e da experiência do Brasil em operações marítimas.

Fortalecimento das relações bilaterais: A parceria reforça os laços diplomáticos e a cooperação entre os dois países, promovendo a estabilidade e a segurança na região.

Esses benefícios demonstram a importância da colaboração entre São Tomé e Príncipe e a Marinha do Brasil para a segurança marítima e o desenvolvimento mútuo.

**Pergunta 3:** *Poderia comentar sobre algum exercício militar conjunto realizado recentemente e seus resultados para a capacitação da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe?*

Diretamente, desconheço ter havido muito intercâmbio no que respeita aos exercícios conjuntos, mas sim, tem havido muita colaboração e orientações dos elencos destacados na Guarda Costeira de STP, em termos de partilha de conhecimento, vem sempre dando suporte no que respeita aos Exercícios Grand African Nemo, Obamgame Express e Guinex.

**Pergunta 4:** *Quais são os maiores desafios enfrentados pela Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe atualmente?*

A Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe vem enfrentando diversos desafios na sua missão de garantir a segurança marítima; passo a destacar alguns:

- **Limitados recursos:** A falta de recursos financeiros, meios navais com capacidade de navegação oceânica, equipamentos modernos e infraestrutura adequada, dificultam suas operações de patrulha e resposta a emergências.
- **Extensa zona marítima:** São Tomé e Príncipe possui uma vasta zona econômica exclusiva (ZEE), o que torna o monitoramento e a fiscalização desafiadores.
- **Combate à pesca ilegal:** A pesca ilegal é uma ameaça constante. A Guarda Costeira precisa lidar com embarcações estrangeiras que pescam ilegalmente nas águas santomenses.
- **Pirataria e segurança:** A região do Golfo da Guiné enfrenta riscos de pirataria e crimes marítimos. A Guarda Costeira deve estar preparada para responder a essas ameaças.
- **Capacitação contínua:** Manter o treinamento atualizado e desenvolver habilidades específicas, como busca e salvamento, são essenciais para enfrentar os desafios.

Apesar desses obstáculos, a Guarda Costeira está comprometida em proteger as águas do país e contribuir para a segurança regional.

**Pergunta 5:** *Qual a importância da Marinha do Brasil para a sua formação e como foi a experiência de cursar o Aperfeiçoamento em Comunicações para Oficiais no Brasil?*

A Marinha do Brasil foi a chave para uma das minhas maiores oportunidades profissionais. Tive o privilégio de me formar junto a duas outras irmãs de São Tomé, foram momentos únicos e indelévels ultrapassados com sapiência, estando fora da zona de conforto, mas com a presença e braços dados com os irmãos brasileiros, não senti qualquer distinção, o que me deixou extremamente grata, podendo advogar pelo meu país. Graças a esse curso, pude ascender de categoria, ter o primeiro pontapé para alavancar os meus conhecimentos no domínio da Guarda Costeira. [Sou] muito agradecida à Marinha do Brasil pela abertura de suas portas nas suas escolas para alunos estrangeiros.

**Pergunta 6:** *A senhora poderia apontar algum indicador que comprove a eficiência do trabalho combinado entre a Marinha do Brasil e São Tomé e Príncipe, como algum relatório de seu país ou da ONU que comprove a redução da pirataria ou a promoção da mentalidade marítima?*

Infelizmente não disponho de acesso a esses relatórios, mas ainda assim posso afirmar e destacar o suporte incansável de todos os elencos da Marinha do Brasil que até hoje tenho tido o privilégio de conhecer. Realmente o número de ameaças que afligem STP tem diminuído estatisticamente o bastante em relação ao passado que não tínhamos qualquer parceria com diversas marinhas. Ainda assim com a cooperação internacional, infelizmente ainda cá em STP a consciência do domínio marítimo está apenas dentro da Guarda Costeira, pois temos um vasto mar de dimensão 160.000 vezes maior que a superfície terrestre, mas ainda é necessário um grande trabalho para mudar a mentalidade dos dirigentes do País.

**Pergunta 7:** *A senhora gostaria de fazer mais algum apontamento que possa enriquecer a análise?*

Sim, claro! Como deve saber, São Tomé e Príncipe é um pequeno Estado insular em desenvolvimento, enfrenta desafios específicos de segurança marítima. Acredito que as duas marinhas devam continuar a trabalhar juntas para promover a segurança e a estabilidade, pois a parceria contínua é fundamental para enfrentar os desafios marítimos e fortalecer os laços entre os países.

## ANEXO A – COOPERAÇÃO EM DEFESA NO ATLÂNTICO SUL

FIGURA 1 – Cooperação em Defesa no Atlântico Sul



Fonte: COSTA, Murilo Gomes da. Desafios da revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul no contexto da Década Oceânica (2021-2030). *Policy Brief*, Lisboa, n. 16, Apr. 2023. Disponível em: [https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/pub/acpubs/Documents/Atlantic-Centre\\_PB\\_16.pdf](https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/pub/acpubs/Documents/Atlantic-Centre_PB_16.pdf). Acesso em: 28 jul. 2023.

## ANEXO B – ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO (EEB)

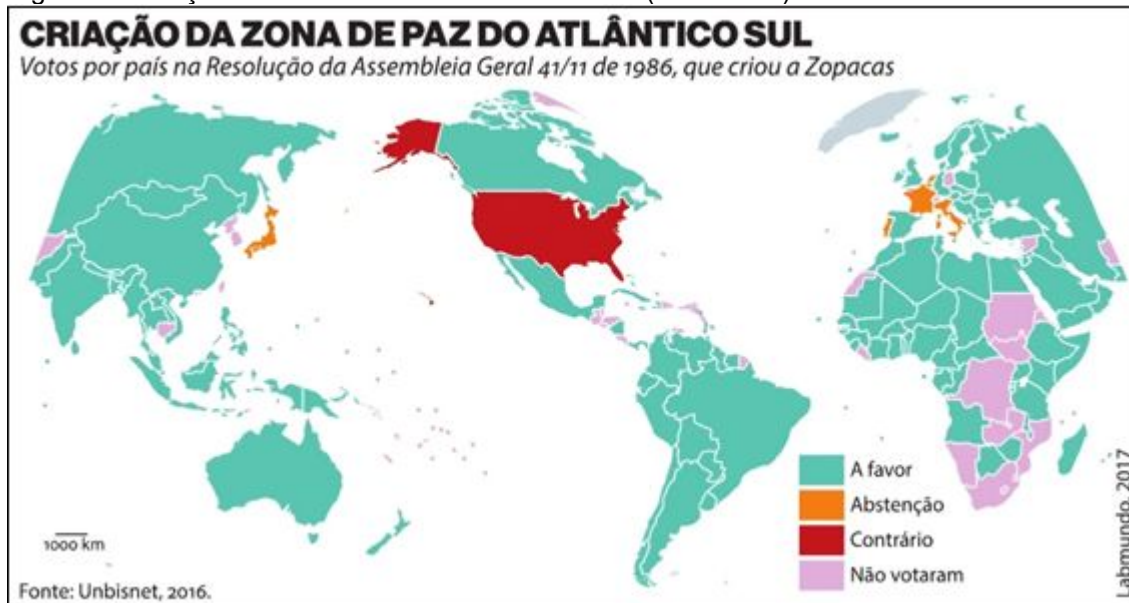
Figura 2 – Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)



Fonte: BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. *Plano estratégico da Marinha (PEM2040)*. Brasília-DF: Estado Maior da Armada, 2020.

## ANEXO C – CRIAÇÃO DA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (ZOPACAS)

Figura 3 – Criação da Zona de Paz e do Atlântico Sul (ZOPACAS)



Fonte: LIMA, Maria Regina Soares; MILANI, Carlos R. S.; DUARTE, Rubens de S. (Coords.). *Atlas da política brasileira de defesa*. Buenos Aires: Clacso; Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.



## ANEXO D – COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

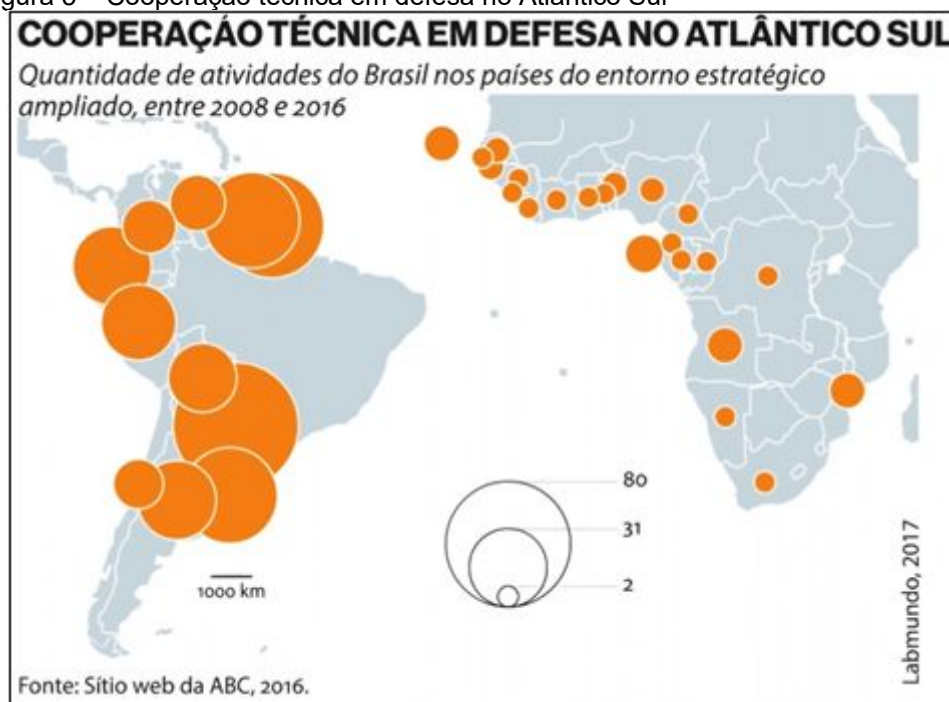
Figura 4 – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)



Fonte: DNA Cidadania. Visto “CPLP”: um panorama geral. 2023. Disponível em: <https://www.dnacidade.com.br/antigo/visto-cplp-um-panorama-geral/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

## ANEXO E – COOPERAÇÃO TÉCNICA EM DEFESA NO ATLÂNTICO SUL

Figura 5 – Cooperação técnica em defesa no Atlântico Sul



Fonte: LIMA, Maria Regina Soares; MILANI, Carlos R. S.; DUARTE, Rubens de S. (Coords.). *Atlas da política brasileira de defesa*. Buenos Aires: Clacso; Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

## ANEXO F – A MARINHA DO BRASIL NO GOLFO DA GUINÉ (ILUSTRAÇÃO)

Figura 6 – A Marinha do Brasil no Golfo da Guiné (ilustração)



Fonte: MAR & DEFESA (blog). A Marinha do Brasil no Golfo da Guiné. 27 jun. 2022. Disponível em: <https://www.maredefesa.com.br/post/a-marinha-do-brasil-no-golfo-da-guin%C3%A9>. Acesso em: 27 jul. 2024.